

10798 - A resistência geraizeira: uma história de enfrentamento ao projeto das empresas de reflorestamento

Geraizeiros resistance: a story of confronting corporate reforestation project of eucalyptus and pine

MARCATTI, Bruna Aparecida ¹; GONÇALVES, Alexandre ²; MARCATTI, Amanda Aparecida ³; SOUZA, WANESSA ALVES PEREIRA ⁴, HOFFMANN, Ester ⁵.

1 Universidade Federal do Espírito Santo, brunaapmarcatti@gmail.com; 2 Comissão Pastoral da Terra, alexandrecpt@gmail.com; 3 Universidade Federal de Minas Gerais, mandinhacnfeab@yahoo.com.br; 4 Universidade Federal de Minas Gerais, vanessazootec@yahoo.com.br; 5 Graduada em Agronomia- Universidade Estadual de Santa Catarina, comp_ester@yahoo.com.br

Resumo

Os “gerais” situa-se nas regiões do bioma Cerrado. A população tradicional denominada “geraizeira” desenvolveu-se nas chapadas e veredas utilizando de forma comunal os recursos naturais. A história deste povo e do próprio bioma é ameaçada constantemente pelos projetos desenvolvimentistas que abrem caminho para a vinda de fazendeiros, grileiros e empresas que chegaram ao Norte de Minas a partir da década de 70. O desenvolvimento regional através do “reflorestamento” com eucalipto e pinus, associado ao carvoejamento transformou as terras comunais em propriedades privadas, desestruturando o bioma e a vida dos camponeses. Neste contexto, em 2009 no município de Rio Pardo de Minas-MG as comunidades rurais que se auto denominam geraizeiras: Vereda Funda, Santana e Raiz iniciaram um processo de mobilização popular e enfrentamento a monocultura de eucalipto através do apóio e formação política que os movimentos sociais camponeses, ligados a Via Campesina do Brasil realizam.

Palavras Chaves: Populações Tradicionais, território e monocultura de eucalipto.

Contexto

A região do Alto Rio Pardo/MG é marcada pela existência dos biomas Cerrado e Caatinga. Os “gerais” são áreas de planaltos, encostas e vales das regiões dominadas pelos cerrados e áreas próximas à transição com a Caatinga.

A “população tradicional” cresceu ao longo das chapadas e veredas dos gerais, desenvolvendo nas áreas de veredas próximas aos pequenos cursos d'água, culturas como a mandioca, cana, amendoim, feijões diversos, milho e arroz. As chapadas geralmente terras públicas de uso comum, onde a vegetação nativa era preservada pelas comunidades e manejadas de forma a manterem a biodiversidade local foram expropriadas a partir da década de 70 pela vinda de fazendeiros, grileiros e empresas que chegaram ao Norte de Minas. As empresas subsidiadas pelo Estado, expulsaram centenas de famílias das “terras devolutas” para se instalarem na região. O uso das terras devolutas em Minas Gerais é palco do conflito que envolve comunidades rurais, empresas reflorestadoras de eucalipto e pinus e o Estado.

As terras devolutas foram arrendadas por preço insignificante, que em alguns casos chega a ser de menos de R\$ 5,00/ hectare/ ano, para o plantio de eucalipto destinado a atividades de carvoejamento alimentando o setor siderúrgico. Esses arrendamentos foram realizados num período em que não havia limite para alienação de das terras públicas. No entanto, com as modificações na legislação agrária foi proibido o arrendamento de terras devolutas acima de 250 hectares.

Em 2003 os contratos de concessão para uso das terras começaram a vencer. Mas por pressão das reflorestadoras e siderúrgicas os contratos começaram a ser renovados, e atualmente encontram-se acima do limite legal. Descumprindo a lei mineira e a Constituição Federal, que determina que toda alienação ou a concessão de área devoluta superior a 2.500 hectares precisam de prévia aprovação do Congresso Nacional, a não ser que as terras sejam destinadas à reforma agrária. O Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais-ITER e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA sofrem pressão por parte das empresas. Pois se os valores do arrendamento caso sejam corrigidos e o limite da alienação de terras for cumprido essas empresas e o Estado, deixariam de arrecadar na ordem de milhões de reais. No entanto, o que as famílias de comunidades rurais e populações tradicionais perderam com a chegada das empresas não foi contabilizado pelos cofres públicos.

As conseqüências da invasão de empresas como a GERDAU, Floresta Minas, Replasa e Rio Dourado na região foram catastróficas. O Estado desconsiderou que as áreas já eram historicamente habitadas por famílias que utilizavam das plantas do cerrado e das chapadas para organizarem de maneira coletiva a produção agrícola e reprodução dos laços sociais característico do geraizeiro que vivem neste território.

A partir de 2009 várias famílias das comunidades rurais esgotadas do descaso referente ao descumprimento da lei pelo poder executivo e legislativo, vem se organizado juntamente com os movimentos sociais do campo-Via Campesina Brasil, para a retomada legítima do território. A luta dessas comunidades significa para os camponeses, geraizeiros e agricultores que a justiça tem os olhos e ouvidos fechados para o povo. Mas através da organização social será possível a construção do poder popular em defesa do território e da vida!

Este trabalho teve como objetivo verificar no campo sócio-ambiental, as estratégias de resistência e luta pelo território que a comunidade rural Raiz, localizada no município de Rio Pardo de Minas Gerais, realizou frente ao impacto ambiental e social gerado pela empresas de reflorestamento REPLASA Reflorestadora S/A,

Descrição da Experiência

A comunidade de Raiz situa-se na bacia hidrográfica do córrego Riacho dos Cavalos, afluentes da margem direita do alto curso da bacia do rio Pardo, no município de Rio Pardo de Minas, norte de Minas Gerais.

As famílias da comunidade se organizam em torno das “cabeceiras”, que são as áreas de nascentes de águas. A comunidade tem cinco localidades que abrigam famílias com relação próxima de parentesco.

A comunidade de Raiz é composta até 2010 por aproximadamente 40 famílias, dentre estas 38 famílias participavam das reuniões e assembléias organizadas por entidades ligadas ao sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Pardo, Centro de Agricultura Alternativa e movimentos sociais da Via Campesina. O tema tratado nestas reuniões se relacionava as estratégias de enfrentamento e sobrevivência das famílias.

Diante dos dados coletados a campo: entrevistas semi-estruturadas e reuniões de mobilização com moradores e dirigentes de movimentos sociais, notou-se que o acesso a terra e a água, representam os empecilhos para que a comunidade desenvolva suas relações de uso e produção agrícola. Cerca de 30% das famílias não têm terra, são comodatárias. Esta é uma situação recorrente nas comunidades, a falta de terra para a sustentação das necessidades básicas, para a permanência dos familiares. Mesmo com pouca terra a agricultura mobiliza as atividades da comunidade.

Nas terras ocupadas pela comunidade as principais culturas são: feijão mandioca, milho, arroz, café. Algumas famílias mantêm a *chácara* de café, que é uma forma típica de cultivar café dos geraizeiros do alto rio Pardo. Na comunidade de Raiz, quase a metade das famílias, 18 delas, produzem café da forma tradicional.

Em 23 de setembro de 2009 foi realizada, no centro comunitário da comunidade rural de Vereda Funda uma Assembléia com lideranças de 13 comunidades rurais do município de Rio Pardo de Minas e organizações sociais da Via Campesina e Centro de Agricultura Alternativa e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas. Liderança da comunidade de Vereda Funda socializaram a experiência que tiveram de enfrentamento em 2003 frente às empresas de reflorestamento. Este momento fomentou nas comunidades encurraladas pelo maciço florestal a possibilidade de enfrentamento coletivo e solidariedade comunitária. Tal processo desencadeou numa onda de retomada do território geraizeiro em especial pelas comunidades: Buracão, Riachinho, Santana e Raiz.

No dia 24 de setembro, as 38 famílias da comunidade vivem cotidianamente os intensos conflitos de terra e território com a empresa Replasa Reflorestadora S/A, promoveram um empate visando proteger o cerrado e o seu território tradicional. À exemplo da experiência de Chico Mendes na defesa da Amazônia promoveram uma mobilização para retirada de máquinas da empreiteira Menegheti, contratada pela Replasa. A comunidade de forma pacífica impediu que os maquinistas continuassem a destoca. A polícia foi chamada. No entanto, o delegado diante do Boletim de Ocorrência (BO 2514) não permitiu que o processo fosse levado à justiça agrária.

A retroescavadeira, era utilizada para fazer a destoca do eucalipto em áreas onde a mata estava em estado de recuperação. Neste processo, diversas árvores nativas foram derrubadas. Segundo os relatos dos geraizeiros os danos sofridos pela comunidade são de ordem ambiental e social: dano ao solo, secamento de nascentes, licença ilegal utilizada pela empresa, desrespeito à auto-demarcação da comunidade, desrespeito à Reserva Legal, destruição de pequizeiros, presença da polícia na comunidade utilizando carros cedidos pela empresa.



Figura 1: Morador da comunidade levantando pequiheiro arrancado pela retroescavadeira no dia 24/09/2009.



Figura 2: Nascente do Córrego da Varanda localizado na comunidade Raiz com eucaliptos plantados.

Resultado:

Através desta experiência conclui-se que o Estado mantém interesses conciliadores aos interesses mercantis das empresas reflorestadora de eucalipto e pinus na região de Rio Pardo de Minas, em especial á empresa Replasa S/A.

A estratégia de resistência exercida pela a comunidade Raiz tem fortalecido a identidade geraizeira em contraponto do pensamento hegemônico da Revolução Verde. O conflito social vivido e em curso por estas comunidades, fortalece a noção de direitos social e político. Os geraizeiros da comunidade da Raiz têm organizado o território através do resgate através da memória-histórica dos antigos moradores. Aos poucos vão restabelecendo os modos de cultivar a terra, à religiosidade, os laços familiares e comunitários, a relação com as paisagens e com os recursos naturais, as veredas, as cachoeiras, as chapadas na perspectiva de defesa do lugar e dos direitos sócio-ambiental.

Ainda é necessário que o poder público seja sensibilizado para as injustiças sócio-ambientais e que outras comunidades se mobilizem, seja de forma espontânea ou organizada com os movimentos sociais de luta pela terra e pelos direitos.